

REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA OU DE
OUTROS MINISTROS OU PROCURADORES-GERAIS
DAS AMÉRICAS

OEA/Ser.K/XXXIV
CIBER-VI/doc.3/09
16 novembro 2009
Original: inglês

Sexta Reunião do Grupo de Trabalho
sobre Delito Cibernético
21 e 22 de janeiro de 2010
Washington, D.C.

**QUESTIONÁRIO PREPARATÓRIO
DA SEXTA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
SOBRE DELITO CIBERNÉTICO**

INTRODUÇÃO

Este questionário tem por objetivo coletar informações que atendam aos propósitos da Sexta Reunião do Grupo Trabalho sobre Delito Cibernético, com relação às recomendações formuladas nas reuniões anteriores e as aprovadas no âmbito do processo das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) que com elas estejam de acordo.

Para esses efeitos, o questionário se divide em quatro áreas temáticas: (1) legislação; (2) órgãos e unidades especializadas; (3) cooperação internacional; e (4) capacitação.

Levando em conta o acima exposto, solicitamos que a resposta do Estado ao questionário seja enviada, o mais tardar até **11 de dezembro de 2009**, à Secretaria-Geral da OEA (Departamento de Cooperação Jurídica da Secretaria de Assuntos Jurídicos), pelo correio eletrônico LegalCooperation@oas.org ou pelo fax + (202) 458-3598.

Acrescente o espaço que for necessário em cada resposta ou anexe folhas, conforme considere conveniente.

I. LEGISLAÇÃO

- 1.1. O país aprovou legislação para prevenir, investigar e punir o delito cibernético? Sim () Não (X)**

Em caso afirmativo, relacione e anexe cópia, de preferência eletrônica, da legislação.

O Brasil não possui uma legislação específica sobre crimes cibernéticos, notadamente, sobre os crimes considerados de “ALTA TECNOLOGIA” (invasão de sistemas, acesso

ilícito, uso inadequado de dispositivos, etc). Entretanto, possuímos algumas condutas tipificadas em nosso Código Penal e em legislações extravagantes que podem ser consideradas, ao menos em parte, para fins de imputação penal. Podemos citar alguns casos:

Interceptação Ilícita – Crime previsto na Lei n.º 9.296/96. Artigo 10

Ataque a integridade de Sistema – Crime previsto, em parte, no Código Penal, artigo 313-A e 313-B. Nestes artigos há proteção, tão somente, a sistemas informatizados e banco de dados da Administração Pública, não disciplinando ataques a sistemas de pessoas físicas ou entidades privadas.

Falsidade Informática - Crime previsto, em parte, no Código Penal, artigo 313-A. Neste artigo há proteção, tão somente, a sistemas informatizados e banco de dados da Administração Pública, não disciplinando falsidade de dados de pessoas físicas ou entidades privadas.

Fraude Informática – Crime previsto no artigo 163 do Código Penal (dano).

Pornografia Infantil – Crime previsto no artigo 241 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tipifica-se a produção, a venda, distribuição, a aquisição e a posse. Além do mais, os responsáveis pelo acesso ao material pornográfico também são puníveis, após oficialmente notificados.

Violação de Direito Autoral – Crime previsto no Artigo 184 do Código Penal, interpretado com as disposições da Lei n.º 9.609/98 e Lei n.º 9.610/98.

O país tipificou as modalidades de delito cibernético mencionadas abaixo?

- | | |
|---|--------------------|
| a) Acesso ilícito | Sim () Não (X) |
| b) Interceptação ilícita | Sim (X) Não () |
| c) Ataques à integridade de dados | Sim () Não (X) |
| d) Ataques à integridade de sistemas | Sim () Não (X)* |
| e) Abuso de dispositivos | Sim () Não (X) |
| f) Falsificação informática | Sim () Não (X)* |
| g) Fraude informática | Sim (X) Não () |
| h) Pornografia infantil | Sim (X) Não () |
| i) Crimes contra a propriedade intelectual e direitos afins | Sim (X) Não () |
| j) Outras (especifique): _____ | Sim () Não () |

Nos casos afirmativos, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Código Penal brasileiro:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>

Lei n.º 9.296/96:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm

Estatuto da Criança e do Adolescente:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069Compilado.htm>

Lei n.º 9.609/98:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9609.htm

Lei n.º 9.610/98:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm

Caso o país tenha tipificado alguma das condutas acima mencionadas, mencione sucintamente os resultados obtidos, como processos judiciais em curso e suas conclusões.

*No caso da pornografia infantil, podemos considerar que o Brasil possui uma legislação muito avançada, o que vem permitindo grandes avanços no campo da prevenção e da repressão. Destacamos as Operações Policiais **Carrossel I**, **Carrossel II** e a **Turko**, responsáveis pela investigação de 220 pessoas no Brasil e pela prisão de aproximadamente 500 pessoas, em todo o mundo, em razão da posse e distribuição de material pornográfico infantil.*

*No campo da repressão a crimes contra a propriedade imaterial, podemos destacar as Operações Policiais **I-Commerce I** e **I-Commerce II**, nas quais foram identificados e responsabilizados judicialmente centenas de infratores que vendiam e distribuíam obras contrafeitas através de sítios de internet.*

*“A operação I-Commerce 2, realizada pela Polícia Federal, deteve sete pessoas nesta terça-feira (1º): duas em São Paulo, três no Rio Grande do Sul, uma em Rondônia e outra no Paraná. Outras 15 pessoas foram indiciados, e a PF apreendeu mais de 8 mil DVDs e CDs, além de computadores e impressoras. Os **49 mandados de busca e apreensão** continuam a ser cumpridos por 200 policiais em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Piauí, Rondônia e Distrito Federal. As buscas podem resultar em prisões em flagrante.”*

Caso o país não tenha tipificado alguma das condutas mencionadas acima, informe se vem tomando medidas para fazê-lo.

*Esta em discussão no Congresso Nacional um Projeto de Lei para tipificar o “**acesso ilícito a dados e sistemas**”, “**a interferência em dados e sistemas**” e o “**uso inadequado de dispositivos**”. Este projeto, baseando nas disposições da Convenção de Budapeste já foi aprovado no Senado Federal e aguarda análise e deliberação pela Câmara dos Deputados para, se aprovado, ser encaminhado à sanção presidencial.*

Há, ainda, iniciativas governamentais no sentido de dotar o país de um marco normativo civil para regulamentar conduta na rede.

O país aprovou legislação substantiva e processual ou outras medidas necessárias para assegurar a obtenção e a conservação de provas eletrônicas de qualquer delito?
Sim () Não (X)*

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Ainda não possuímos uma legislação que permita às autoridades policiais a determinação de preservação imediata de dados de tráfego ou de conteúdo a quem esteja na posse destas informações.

Além do mais, não há previsão normativa para que provedores de acesso e de conteúdo tenham a capacidade de obter e armazenar dados de tráfego e de conteúdo que origem ou sejam transmitidos através de seus servidores.

O país aprovou legislação substantiva e processual ou outras medidas necessárias para permitir a admissibilidade de provas eletrônicas nos processos e julgamentos penais? Sim () Não (X)*

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Não há legislação específica para provas eletrônicas possam ser admitidas em processos judiciais, mas a nossa Constituição Federal e as demais novas processuais permitem, observados os direitos individuais, o uso de provas legalmente obtidas em processos penais. A interceptação telemática e o acesso a dados pessoais são previstos no artigo 5.º, inciso XII da Constituição Federal e pode ser determinada por autoridade judicial em caso de investigação criminal nos termos da lei n.º 9.296/96.

Constituição Federal:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

1.2. O país aprovou legislação substantiva e processual ou outras medidas necessárias que possibilitem às autoridades competentes tomar as medidas abaixo descritas?

a) Solicitar a uma pessoa em seu território que preste informação que esteja em seu poder ou sob seu controle, armazenada num sistema ou dispositivo informático. Sim () Não (X).

b) Requerer a um provedor (por exemplo, de Internet) que ofereça serviços em seu território que preste informação que esteja em seu poder ou sob seu controle com relação a seus assinantes ou clientes relativamente a esses serviços? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Não há legislação específica sobre o assunto, entretanto, é possível utilizar os poderes gerais de investigação criminal concedidos às autoridades policiais previstos no artigo 6.º do Código de Processo Penal. Entretanto, na ausência da legislação específica, os provedores de acesso e de conteúdo somente fornecem este tipo de informação mediante prévia autorização judicial.

Código de Processo Penal:

1.3. O país aprovou legislação substantiva e processual ou outras medidas necessárias que possibilitem às autoridades competentes tomar as medidas abaixo descritas?

- | | | |
|--|----------|----------|
| a) Confiscar, apreender ou recolher sistemas ou dispositivos de armazenamento informáticos | Sim (X)* | Não () |
| b) Copiar e conservar os dados informáticos consultados | Sim (X)* | Não () |
| c) Preservar a integridade dos dados informáticos armazenados | Sim () | Não (X)* |
| d) Tornar inacessíveis ou suprimir os dados do sistema consultado | Sim () | Não (X)* |

Nos casos afirmativos, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Não há legislação específica sobre o assunto, mas há previsão genérica no artigo 6.º do Código de Processo Penal que concede poder às autoridades policiais para proceder à apreensão e o recolhimento de dispositivos e dados informáticos, bem como, copiar e conservar os dados informáticos consultados.

*Quanto à preservação da integridade ou o poder de tornar inacessível dados consultados não há norma processual em vigor que preveja esta possibilidade. Entretanto, tais medidas seriam executáveis **mediante ordem judicial**,*

1.4. O país aprovou legislação substantiva e processual ou outras medidas necessárias que possibilitem às autoridades competentes obter e interceptar informação relativa à circulação e ao conteúdo de comunicações específicas transmitidas em seu território por meio de sistemas informáticos? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

A Lei n.º 9.296/96 prevê a possibilidade de interceptação telemática para fins de investigação criminal.

II. UNIDADES ESPECIALIZADAS

2.1. O país criou unidades ou organismos encarregados especificamente de investigar delitos cibernéticos? Sim (X)* Não ().

*Sim, em termos. No âmbito da Polícia Federal foi constituída uma unidade, ainda **informal**, para **coordenar e executar investigações de crimes cibernéticos**. A formalização desta estrutura foi solicitada ao setor competente do governo brasileiro, aguardando deliberação.*

Em âmbito dos Estados, alguns poucos Estados constituiram em suas Polícias Civis unidades especializadas, como: São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em caso afirmativo, preste as informações solicitadas abaixo.

- **Nome da unidade ou organismo:** Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos
- **Instituição a que é subordinado:** Polícia Federal
- **Informação de contato:**
 - o **Nome do titular:** Carlos Eduardo Miguel Sobral
 - o **Domicílio:** SAS, Quadra 06, Blocos 09/10 - Brasília
 - o **Telefone (s):** 55.61.2024.8329 Fax: 55.61.2024.8329
 - o **Correio eletrônico:** urcc.cgpfaz@dpf.gov.br

2.2. O país criou unidades ou organismos encarregados especificamente de processar juridicamente a prática de delitos cibernéticos? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, preste as informações solicitadas abaixo.

- Nome da unidade ou organismo: _____
- Instituição a que é subordinado: _____
- Informação de contacto:
 - o Nome do titular: _____
 - o Domicílio: _____
 - o Telefone (s): _____ Fax: _____
 - o Correio eletrônico: _____

2.3. Que medidas o país adotou para promover as relações entre as autoridades responsáveis pela investigação e persecução penal dos delitos cibernéticos e o setor privado, especialmente as empresas provedoras de serviços de tecnologia da informação e das comunicações, em particular de serviços de Internet?

*Em 2008, o **Senado Federal** criou a Comissão Parlamentar de Inquérito “Pedofilia” da qual participam a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, Organizações Não-Governamentais e, como resultado deste trabalho, foram firmados acordos com a **Google**, empresas de telecomunicação e administradoras de cartão de crédito, acordo este que permitiram suprir, em parte, a falta de uma legislação processual específica para combater os delitos cibernéticos, em especial a pornografia infantil. Consta do acordo, dentre outras disposições, que:*

*a) A **Google** deverá acatar as leis e decisões judiciais brasileiras, notadamente, para fornecimento de “logs” e dados cadastrais de usuários da rede social “ORKUT”, bem como, retirar conteúdo ilícito publicado em seus serviços, assim considerados de acordo com a legislação brasileira;*

b) A **Google** irá preservar os “logs” de conexão e dados cadastrais de seus usuários por 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período;

c) As empresas de telecomunicações irão preservar os “logs” de acesso à Internet de seus usuários por 03 (três) anos;

d) As empresas de telecomunicações irão repassar às autoridades os “logs” de acesso e dados cadastrais de seus clientes em 03 (três) dias e, em caso de urgência, em 02 (duas) horas, mediante ordem judicial.

e) As empresas de telecomunicações irão preservar os “logs” de acesso e demais dados disponíveis mediante ordem da autoridade policial, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período.

Além disso, foi criada uma **Comissão de Proteção à Infância** no âmbito do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), a qual conta com a participação do **setor público e privado**. Também há diversas iniciativas e treinamento entre o setor público e privado, principalmente com grandes empresas da tecnologia da informação

Acordo com a Google:

http://www.safernet.org.br/site/sites/default/files/TACgoogleMPF_0.pdf

Acordo com as empresas de telecomunicações:

[Termo de Mutua Cooperacao.pdf](#) (anexo)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2.4. O país aderiu à Convenção do Conselho da Europa sobre Delito Cibernético? Sim ()
Não (X)

Em caso negativo, o país considerou a aplicação dos princípios constantes da referida Convenção? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, informe em que consistiu essa consideração.

Na proposta de legislação em análise pelo Congresso Nacional, vários dispositivos da Convenção serviram de base para o texto proposto. Além do mais, vários princípios da Convenção nortearam os termos dos acordos firmados entre instituições governamentais brasileiras com as empresas provedoras de acesso, de telecomunicação e de serviço, conforme acima exposto.

O país vinculou-se à Rede de Emergência de Contatos sobre Delitos de Alta Tecnologia 24 horas/7 dias” do G-8? Sim (X) Não ()

Em caso negativo, tomou alguma (s) medida (s) para vincular-se? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, informe em que consistiu (iram) essa (s) medida (s):

A Polícia Federal, como órgão responsável pela cooperação policial internacional no Brasil, designou a Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos e o Serviço de Perícias em Informática para integrar a rede de emergência “24/7” do G8. Desta forma, qualquer pedido de cooperação policial, seja ativo – do Brasil para o exterior, como o passivo- do exterior para o Brasil - pode encontrar apoio tanto investigativo, como técnico, através do ponto de contato designado (cybercrime_brazil_24x7@dpf.gov.br).

O país dispõe de legislação ou outras medidas que possibilitem fazer tramitar os pedidos de assistência mútua de outros Estados, que, de acordo com seu direito interno, tenham faculdades para a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

- 2.5. O país dispõe de legislação ou outras medidas que possibilitem fazer tramitar os pedidos de auxílio mútuo de outros Estados para a obtenção de provas eletrônicas e a realização de outros atos destinados a facilitar a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos? Sim () Não ()**

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

- 2.6. O país formulou ou recebeu pedidos de auxílio mútuo para a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos ou para a obtenção de provas eletrônicas e a realização de outros atos destinados a facilitar a investigação ou julgamento desses delitos? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, informe o número de pedidos formulados ou recebidos e o estágio em que se encontram pedidos.

*No campo da cooperação **policial** internacional (seja direta, através de Adidos Policiais, via rede 24/7 ou Interpol) foram recebidos, durante o ano de 2009, 53 (cinquenta e três) pedidos de cooperação (pedidos de localização de pessoas, acesso a dados cadastrais de usuários de internet e registros de conexão de Internet junto a provedores de acesso nacionais) sendo que a sua maioria foi atendida. Os pedidos que ainda não foram atendidos se encontram em fase de tramitação, aguardando pronunciamento judicial, visto que no Brasil o acesso a dados de usuários de internet somente é atendido com previa autorização judicial.*

CAPACITAÇÃO

- 2.7. O país ministra capacitação para agentes policiais sobre delito cibernético e coleta de provas eletrônicas? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, descreva sucintamente o tipo de capacitação ministrada e o número de pessoas capacitadas.

Somente no ano de 2009, foram capacitados mais de 200 (duzentos) policiais federais. Foram ministrados cursos sobre técnicas de investigação de crimes cibernéticos, tanto básicas e como avançadas. Além disso, foram realizados diversos eventos como seminários, congressos nacionais e internacionais, destacando-se a Conferência internacional sobre Crimes Cibernéticos realizada no mês de Setembro deste ano, com a participação de mais de 2.000 interessados. Também se destaca os eventos realizados em parceria com a Embaixada Americana no Brasil, através do Projeto P.O.N.T.E.S, o qual permitiu a capacitação de mais de 200 (duzentas) autoridades, entre policiais federais, magistrados e membros do Ministério Público, no combate à “pirataria” na internet e à pornografia infantil.

Para o ano de 2010, estão previstos vários cursos e treinamentos, os quais visam capacitar 400 (quatrocentos) policiais federais em conhecimentos básicos de investigação de crimes cibernéticos (plataforma de ensino à distância) e outros 80 (oitenta) policiais federais em conhecimentos avançados. Também foi incluída a cadeira de “crimes cibernético” no Curso de Formação Profissional na Academia Nacional de Polícia. Com isto, os novos integrantes das carreiras policiais, antes do início de suas atividades (há previsão de ingresso de 600 policiais federais somente no ano de 2010) já possuirão conhecimentos

mínimos para realizar investigações em ambientes de tecnologia. Também estão previstos conferências internacionais e eventos para treinamento conjuntos de policiais com juízes e promotores

2.8. O país ministra capacitação para membros do Ministério Público sobre delito cibernético e coleta de provas eletrônicas? Sim () Não ()

Em caso afirmado, descreva sucintamente o tipo de capacitação ministrada e o número de pessoas capacitadas.

2.9. Com relação aos esforços do país por ministrar capacitação em investigação e julgamento de delitos que impliquem computadores e a Internet, descreva as metas fixadas para os próximos dois anos e as condições necessárias para que sejam atingidas.

Na esfera policial, a Polícia Federal, através da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos e da Academia Nacional de Polícia, fixou como meta que todo novo Policial Federal deverá possuir conhecimentos básicos em investigação de Crimes Cibernéticos. Além disso, fixou a meta de realizar o treinamento anual de 400 policiais federais em conhecimentos básicos, através de ensino a distancia, outros 80 policiais federais em conhecimentos avançados, através de treinamentos práticos e presenciais.

As ferramentas tecnológicas necessárias para os treinamentos estão disponíveis, sendo que há um projeto de disponibilização do curso à distância aos países latino americanos, através do Grupo de Latino Americano de Delitos Cibernéticos da Interpol, do qual a Polícia Federal faz parte e exerce o cargo de Vice-Presidente, além de coordenar a Seção de Treinamento.

2.10. O país enviou autoridades a workshops realizados pelo Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, informe de maneira sucinta quem participou desses workshops, se a capacitação ministrada foi útil e como os participantes aplicaram no trabalho os ensinamentos recebidos.

O Brasil participou do workshop realizado na Colômbia, com a indicação de um Delegado de Polícia Federal, o qual vem utilizando o conhecimento adquirido no âmbito das investigações sob sua presidência.

Entretanto, considera-se muito tímida a iniciativa do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, sendo que se deveria realizar estas atividades com maior regularidade, inclusive com um maior participação dos investigadores na sua organização.

- 2.11. Apresente recomendações sobre os temas mais importantes relacionados com delito cibernético e prova eletrônica que devam ser incorporados aos workshops do Grupo de Peritos nos próximos dois anos.**

*Consideramos que o evento deveria abordar técnicas de investigação de crimes de altíssima tecnologia, como “ataque de negação de serviço (DoS ou DDos)” alteração de sítios web (“defacement”), ataques a DNS, pesquisas em fontes abertas na internet, busca e análise de informações a partir de dispositivos apreendidos, através do uso de ferramentas, tipo **ENCASE** ou **FTK**.*

- 2.12. No âmbito dos mandatos da REMJA, apresente recomendações sobre de que maneira o Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético poderá prestar melhor assistência ao país no desenvolvimento ou aprimoramento da capacidade de fazer frente aos delitos que impliquem computadores e a Internet.**

*O combate aos crimes cibernéticos envolve duas principais variáveis, as quais, se superadas, irão possibilitar **eficácia** e **eficiência** às ações de investigação. A primeira variável é a **ESTRUTURA** e a segunda o **ACESSO À INFORMAÇÃO**.*

*No campo da **estrutura**, podemos subdividi-la em duas seções: 1. recursos humanos e 2. tecnologia disponível aos investigadores.*

***Recursos Humanos:** O Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético da OEA poderia desenvolver treinamentos e capacitações adequados com o grau de desenvolvimento de cada país, tendo em vista que o conhecimento ainda não é homogêneo entre os países americanos. Além disso, o grupo poderia provocar os Ministros de Estado da Justiça sobre a urgente necessidade de criação e estruturação das unidades de especializadas em investigação de crimes cibernéticos.*

***Tecnologia para investigação:** no âmbito das novas tecnologias para a investigação o grupo poderia estimular a pesquisa para o desenvolvimento de novas ferramentas de investigação, bem como, promover a sua difusão. No Brasil temos um caso de sucesso no campo de tecnologia para a investigação: o programa **Espia Mule**, desenvolvido pela PF, permite rastrear, em redes “peer-to-peer”, pessoas que estão disponibilizando material pornográficos infantil identificando seus endereços “IP” permitindo a realização de grandes operações policiais, como a **Carrossel 1 e 2**, as quais tiveram **ALCANCE MUNDIAL**.*

***Acesso à Informação:** nesta área o grupo poderia estimular a discussão sobre a necessidade do respeito à legislação e jurisdição nacionais, por parte das empresas transnacionais, não importando a localização física dos seus servidores, considerando somente o território de origem da conexão investigada.*

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELAS RESPOSTAS AO PRESENTE QUESTIONÁRIO:

Por favor, preencha as seguintes informações:

Estado: **Brasil**

O funcionário que pode ser consultado sobre as respostas a este questionário é: **Carlos Eduardo Miguel Sobral**

Título/cargo: **Delegado de Polícia Federal / Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos**

Entidade/Organismo: **Polícia Federal**

Endereço: **SAS, Quadra 06, Lote 09/10 – Brasília – DF, Brasil**

Telefone: **55.61.2024-8329**

Fax: **55.61.2024.8329**

Correio eletrônico: urcc.cgpfaz@dpf.gov.br

III. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- 3.1. O país aderiu à Convenção do Conselho da Europa sobre Delito Cibernético? Sim () Não (x)**

Em caso negativo, o país considerou a aplicação dos princípios constantes da referida Convenção? Sim (x) Não ()

Em caso afirmativo, informe em que consistiu essa consideração.

Apesar de ter considerado a aplicação dos dispositivos da Convenção de Budapeste, o Brasil optou por não adotá-la, em virtude de trechos constantes em seu texto que conflitam com o ordenamento jurídico nacional.

- 3.2. O país vinculou-se à Rede de Emergência de Contatos sobre Delitos de Alta Tecnologia 24 horas/7 dias” do G-8? Sim () Não ()**

Em caso negativo, tomou alguma (s) medida (s) para vincular-se? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, informe em que consistiu (iram) essa (s) medida (s): _____

O país dispõe de legislação ou outras medidas que possibilitem fazer tramitar os pedidos de assistência mútua de outros Estados, que, de acordo com seu direito interno, tenham faculdades para a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos? Sim (x) Não ()

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

O Brasil pode atender aos pedidos de cooperação jurídica internacional com base no princípio da reciprocidade, mesmo na ausência de tratado com o país que faz o pedido.

Ademais, a fim de proporcionar o mais amplo auxílio nas investigações e procedimentos de natureza criminal, o Brasil conta com um conjunto de disposições nesta matéria, dentre as quais cumpre destacar os tratados bilaterais em vigor e os instrumentos multilaterais ratificados, tais como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Convenção de Mérida; a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – Convenção de Palermo; a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais – OCDE, e o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul: Argentina, Uruguai e Paraguai.

Atualmente, encontra-se em vigor os seguintes acordos bilaterais de cooperação jurídica internacional em matéria penal: Canadá, China, Colômbia, Coreia do Sul, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Peru, Portugal, Suíça, Suriname e Ucrânia. Os acordos com Honduras e Panamá encontram-se em tramitação no Congresso Nacional e aqueles com Angola, Líbano, México, Nigéria e Reino Unido estão pendentes de ratificação. Além disso, o Brasil firmou acordos com Alemanha, Bélgica, El Salvador e Jordânia e apresentou proposta de acordo para mais de 20 países.

- 3.3. O país dispõe de legislação ou outras medidas que possibilitem fazer tramitar os pedidos de auxílio mútuo de outros Estados para a obtenção de provas eletrônicas e a realização de outros atos destinados a facilitar a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos? Sim (X) Não ()**

Em caso afirmativo, descreva sucintamente as normas ou outras medidas em vigor sobre o assunto e anexe cópia, de preferência eletrônica, de cada uma delas.

Vide resposta ao item acima.

- 3.4. O país formulou ou recebeu pedidos de auxílio mútuo para a investigação ou julgamento de delitos cibernéticos ou para a obtenção de provas eletrônicas e a realização de outros atos destinados a facilitar a investigação ou julgamento desses delitos? Sim (x) Não()**

Em caso afirmativo, informe o número de pedidos formulados ou recebidos e o estágio em que se encontram pedidos.

O Brasil enviou, nos últimos dois anos, cerca de 30 pedidos de cooperação jurídica internacional aos Estados Unidos da América, com vistas à obtenção de provas eletrônicas relacionadas a crimes cibernéticos. A Autoridade Central brasileira já recebeu resposta de 90% dos casos, sendo que 75% pedidos foram plenamente cumpridos.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELAS RESPOSTAS AO PRESENTE QUESTIONÁRIO:

Por favor, preencha as seguintes informações:

Estado: **Brasil**

O funcionário que pode ser consultado sobre as respostas a este questionário é: **Romeu Tuma Júnior**

Título/cargo: **Secretário Nacional de Justiça**

Entidade/Organismo: **Secretaria Nacional de Justiça/Ministério da Justiça**

Endereço: **Esplanada dos Ministérios, ministério da Justiça, Ed. Sede – sala 430. CEP 70064-900 – Brasília – DF, Brasil**

Telefone: **55.61.2025.3145 ou 2025.3394**

Fax: **55.61.2025.9954**

Correio eletrônico: snj@mj.gov.br

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO I

DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

- I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;
- II - as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100);
- III - os processos da competência da Justiça Militar;
- IV - os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122, nº 17);
- V - os processos por crimes de imprensa.

Parágrafo único. Aplicar-se-á, entretanto, este Código aos processos referidos nos nºs. IV e V, quando as leis especiais que os regulam não dispuserem de modo diverso.

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

TÍTULO II

DO INQUÉRITO POLICIAL

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995)

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

- I - de ofício;
- II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º O requerimento a que se refere o nº II conterà sempre que possível:

- a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;
- b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;
- c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 2º Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.

art. 5º, inciso XII da Constituição Federal

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;

II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;

III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I - da autoridade policial, na investigação criminal;

II - do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

Art. 4º O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterá a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

§ 1º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

§ 2º O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido.

Art. 5º A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

Art. 6º Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

§ 1º No caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição.

§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas.

§ 3º Recebidos esses elementos, o juiz determinará a providência do art. 8º, ciente o Ministério Público.

Art. 7º Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

Parágrafo único. A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art.10, § 1º) ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo facultada a presença do acusado ou de seu representante legal.

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.1996



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

.....

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: [\(Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

I – agente público no exercício de suas funções; [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. [\(Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008\)](#)